

Câmara Municipal de Jerônimo Monteiro Estado do Espírito Santo



PARECER DA PROCURADORIA

Projeto de Lei Complementar nº 019/2025

Procedimento nº 0956/2025

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do Projeto de Lei Complementar nº 019/2025, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, que visa alterar a denominação da Secretaria Municipal de Planejamento que passa a denominar-se Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e transfere um cargo de Superintendente para a Secretaria Municipal de Fazenda, mantendo-se suas referências, remuneração, atribuições e carga horária.

O aludido projeto foi encaminhado a esta procuradoria para elaboração de parecer quanto a legalidade do referido projeto de Lei.

É o breve relatório.

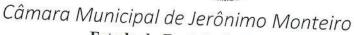
Passo a opinar.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei Complementar nº 019/2025, versa sobre alteração de denominação de Secretaria Municipal de Planejamento que passa a denominar-se Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, bem como sobre a transferência de um cargo de Superintendente para a Secretaria Municipal de Fazenda, mantendo-se as referências, remuneração, atribuições e carga horária do referido cargo.

Trata-se, portanto, de matéria que disciplina aspectos da organização administrativa do Poder Executivo Municipal, inserindo-se na esfera de competência privativa do Prefeito





Estado do Espírito Santo

para propor leis que disponham sobre a estrutura e funcionamento da Administração Pública,

Ademais, o Município detém competência para dispor sobre a organização de seus serviços e interesse local, conforme artigo 30, I, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Assim, constata-se que o projeto tem iniciativa legítima e encontra fundamento constitucional e legal para sua tramitação, não havendo vício formal ou material quanto à competência do Chefe do Poder Executivo para propor a referida alteração.

O projeto não cria cargos nem majora vencimentos; limita-se a alterar denominação de secretaria e transferir 1 (um) cargo de direção/superintendência para outra secretaria, expressamente mantendo referência, remuneração, atribuições e carga horária. Nessas condições, não há aumento de despesa.

O remanejamento não implica, em princípio, criação de nova despesa nem aumento de despesa continuada, tratando-se de realocação dentro do quadro e simbologia já existentes.

É de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo a organização a estrutura administrativa e atribuições de órgãos da Administração Pública Municipal; o artigo 41 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 155, III do Regimento Interno da Câmara Municipal e seguintes, dispõem sobre a iniciativa das leis competentes à Mesa, ao Vereador ou Comissão da Câmara, ao **Prefeito Municipal** e aos cidadãos na forma e nos casos previstos nesta Lei.

A competência para iniciar o processo legislativo, tratada no presente projeto, é *exclusiva*, portanto, plenamente cabível a proposição pelo Prefeito Municipal de Jerônimo Monteiro, com previsão ainda no art. 41, §1°, II, alínea "c" da Lei Orgânica Municipal.





Câmara Municipal de Jerônimo Monteiro Estado do Espírito Santo



Não há críticas a fazer quanto ao aspecto regimental, ou a técnica legislativa aplicável ao presente caso. No que tange ao quórum de aprovação, a matéria da presente propositura compõe o rol taxativo do art. 46 da LOM que exige quórum qualificado para aprovação.

Outrossim, o presente projeto deverá ser votado em 02 turnos conforme art. 46 da LOM.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, sem adentrar no mérito da proposição, por tratar-se de matéria de competência do Município e não haver qualquer vício de iniciativa, a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jerônimo Monteiro/ES, após análise do Projeto de Lei Complementar Municipal nº 019/2025, **OPINA FAVORAVELMENTE** à sua aprovação, por entender que a proposta é constitucional e legal.

Salvo melhor juízo, é o parecer que submeto à apreciação da Presidência da Câmara Municipal.

Jerônimo Monteiro – ES, 09 de outubro de 2025.

DÉBORA BAZAN DE SOUZA RODRIGUES PIZETTA PROCURADORA GERAL DA CMJM OAB/ES 32.127